

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Balanco patrimonial

30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	118.558	959.661
Contas a receber de clientes e outros	5	1.260.536	1.284.801
Títulos e valores mobiliários		1.705	1.372
Impostos e contribuições a recuperar	6	117.779	124.364
Entidade de previdência privada		13.072	8.019
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	80.616	65.459
Outros ativos circulantes		111.951	109.040
Total do circulante		1.704.217	2.552.716
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	5	30.608	33.311
Títulos e valores mobiliários		9.625	3.630
Impostos e contribuições a recuperar	6	70.500	54.748
Impostos e contribuições diferidos	8	218.606	247.441
Depósitos judiciais	9	404.232	347.587
Entidade de previdência privada		9.236	17.015
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	-	112.605
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	2.941.415	2.514.452
Outros ativos não circulantes		6.859	7.613
Intangível	10.2	3.908.722	3.761.922
Total do não circulante		7.599.803	7.100.324
Ativo total		9.304.020	9.653.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Balanco patrimonial

30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2016	31/12/2015
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	683.419	1.060.081
Empréstimos e financiamentos	12	814.414	901.644
Debêntures	13	16.521	-
Salários e encargos a pagar	14	72.331	74.747
Taxas regulamentares	15	77.517	101.393
Impostos e contribuições a recolher	16	150.230	157.209
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	2.017	8.543
Provisões	17	69.253	69.004
Obrigações de benefícios de aposentadoria	25	5.605	22.419
Outros passivos circulantes	18	229.304	257.535
Total do circulante		2.120.611	2.652.575
Não circulante			
Fornecedores	11	39.879	36.398
Empréstimos e financiamentos	12	3.064.258	3.314.151
Debêntures	13	248.490	-
Taxas regulamentares	15	25.785	25.239
Impostos e contribuições a recolher	16	5.618	4.842
Provisões	17	226.741	191.125
Obrigações de benefícios de aposentadoria	25	369.869	333.375
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	5.314	-
Outros passivos não circulantes	18	46.452	25.943
Total do não circulante		4.032.406	3.931.073
Patrimônio líquido	19		
Capital social		709.872	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.701.754	1.869.463
Outros resultados abrangentes		(40.284)	(40.284)
Lucros acumulados		81.611	-
Total patrimônio líquido		3.151.003	3.069.392
Passivo e patrimônio líquido total		9.304.020	9.653.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do resultado
30 de setembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015 (Reclassificado)	01/01/2015 a 30/09/2015 (Reclassificado)
Receita líquida	20	1.688.727	5.098.783	1.490.978	4.841.017
Custo do serviço	21	(1.399.486)	(4.053.472)	(1.201.057)	(3.818.304)
Custos com energia elétrica	21.a	(894.436)	(2.614.565)	(924.461)	(2.904.930)
Custos de operação	21.b	(239.882)	(796.243)	(161.501)	(531.440)
Custos de construção		(265.168)	(642.664)	(115.095)	(381.934)
Lucro bruto		289.241	1.045.311	289.921	1.022.713
Despesas com vendas	21.b	(79.079)	(244.571)	(108.744)	(287.163)
Despesas gerais e administrativas	21.b	(85.858)	(230.143)	(57.931)	(170.542)
Lucro operacional		124.304	570.597	123.246	565.008
Resultado financeiro		(112.048)	(332.861)	(86.246)	(246.515)
Receitas financeiras	22	132.253	1.478.960	1.020.527	2.112.094
Despesas financeiras	22	(244.301)	(1.811.821)	(1.106.773)	(2.358.609)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		12.256	237.736	37.000	318.493
Imposto de renda e contribuição social		12.554	(39.512)	(7.204)	(55.593)
Corrente	8.a	40.341	(9.635)	(6.434)	(72.159)
Diferido	8.a	(2.221)	(16.823)	(2.383)	(15.479)
Imposto de Renda - SUDENE	8.a	(21.561)	(1.042)	5.774	44.528
Amortização fiscal do ágio	8.a	(4.005)	(12.012)	(4.161)	(12.483)
Lucro líquido do período		24.810	198.224	29.796	262.900
Lucro do período por ação do capital:					
Ordinária		0,1278	1,0212	0,1535	1,3544
Preferencial A		0,1278	1,0212	0,1535	1,3544
Preferencial B		0,1406	1,1233	0,1688	1,4898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Lucro líquido do período	24.810	198.224	29.796	262.900
Outros resultados abrangentes				
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	3	(551)
Tributos sobre resultados abrangentes	-	-	(125)	187
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos.	-	-	(122)	(364)
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários.	24.810	198.224	29.674	262.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital				Reservas de Lucros							Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2015	542.163	18.569	339.052	340.429	816.705	108.433	27.792	614.713	2.208	(22.699)	-	2.787.365
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	153	-	-	153
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(363)	-	(363)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	262.900	262.900
Destinações:												
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.636)	(38.636)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.565)	(41.565)
Saldos em 30 de setembro de 2015	542.163	18.569	339.052	340.429	816.705	108.433	27.792	614.713	2.361	(23.062)	182.699	2.969.854
Saldos em 01 de janeiro de 2016	542.163	18.569	339.052	340.429	855.658	108.433	27.793	875.222	2.357	(40.284)	-	3.069.392
Aumento de Capital	167.709	-	-	-	-	-	-	(167.709)	-	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	198.224	198.224
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(116.613)	(116.613)
Saldos em 30 de setembro de 2016	709.872	18.569	339.052	340.429	855.658	108.433	27.793	707.513	2.357	(40.284)	81.611	3.151.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
Demonstração do fluxo de caixa
Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	237.736	318.493
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Amortização (*)	258.872	245.565
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	(69.039)	67.009
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	339.461	301.898
Valor justo do ativo financeiro de concessão	(136.027)	(83.101)
Valor residual do ativo intangível baixado / financeiro baixado	25.003	22.410
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	48.867	26.905
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	72.830	54.009
Atualização monetária benefício pós-emprego/Entidade previdência privada	30.938	19.184
	808.641	972.372
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	(45.862)	(187.935)
IR e CSLL a recuperar	(21.456)	(67.595)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	9.992	52.058
Estoques	(553)	937
Depósitos judiciais	(38.581)	(30.684)
Despesas pagas antecipadamente	7.014	(5.031)
Entidade de previdência privada	5.715	(14.728)
Benefício pós-emprego	10	(553)
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	401.744	159.246
Outros ativos	(20.602)	(47.580)
	297.421	(141.863)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(373.181)	(126.989)
Salários e encargos a pagar	(2.416)	(179)
Encargos de dívidas e swap pagos	(310.078)	(255.485)
Taxas regulamentares	(27.710)	76.073
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	31.753	(36.671)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL.	(46.336)	32.391
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	(229.943)	-
Indenizações/contingências pagas	(54.165)	(37.065)
Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(14.256)	(9.484)
Outros passivos	(7.722)	41.028
	(1.034.054)	(316.380)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	72.008	514.129
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(811.631)	(564.679)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(10.209)	(82.443)
Resgate de títulos e valores mobiliários	24.532	82.899
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(797.308)	(564.223)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	265.093	788.431
Captação de debêntures	250.000	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(662.328)	(188.764)
Pagamentos com custos de captação	(3.243)	-
Obrigações vinculadas	157.814	132.421
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(123.139)	(299.404)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento	(115.803)	432.684
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(841.103)	382.590
Caixa e equivalentes no início do período	959.661	206.588
Caixa e equivalentes no final do período	118.558	589.178
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(841.103)	382.590

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	30/09/2016	30/09/2015
RECEITAS		(Reclassificado)
Vendas brutas de energia, serviços e outros	7.607.801	7.235.261
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(72.830)	(54.009)
	7.534.971	7.181.252
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda*	(2.590.040)	(2.824.118)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(307.476)	(340.826)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(1.277.006)	(834.778)
	(4.174.522)	(3.999.722)
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.360.449	3.181.530
Amortização (*)	(258.872)	(245.565)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.101.577	2.935.965
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.485.797	2.114.996
	4.587.374	5.050.961
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	130.448	107.338
Encargos sociais (exceto INSS)	29.224	23.822
Entidade de previdência privada	10.743	(330)
Auxílio alimentação	17.691	13.232
Convênio assistencial e outros benefícios	7.359	7.801
Despesas com desligamento	10.808	22.207
Provisão para férias e 13º salário	32.578	29.012
Plano de saúde	25.547	8.209
Indenizações trabalhistas	11.040	8.998
Participação no resultado	19.104	14.757
Administradores	4.458	4.073
Encerramento de ordem em curso	1.269	1.228
(-) Transferência para ordens	(40.374)	(41.041)
Outros	92	231
Subtotal	259.987	199.537
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	33.414	27.644
ICMS	1.372.904	1.267.249
PIS/COFINS sobre faturamento	366.589	333.358
Imposto de renda e contribuição social	39.513	55.593
Obrigações intra-setoriais	487.426	530.747
Outros	11.238	10.268
Subtotal	2.311.084	2.224.859
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	1.811.821	2.358.609
Aluguéis*	6.258	5.056
Subtotal	1.818.079	2.363.665
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucros (prejuízos)	198.224	262.900
Subtotal	198.224	262.900
	4.587.374	5.050.961
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO		

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, com sede no subdistrito Narandiba em Salvador – Bahia, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Companhia em 10/11/2016, as quais estão expressas em milhares de reais.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 – Base de apresentação

As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

2.3 Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações, conforme demonstrado a seguir.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido do período.

2.3.1) Demonstração do resultado, período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015:

Demonstração do resultado	Ref.	01/07/2015 a 30/09/2015	Reclassificações	01/07/2015 a 30/09/2015
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita líquida	(a) / (c)	1.509.515	(18.537)	1.490.978
Custo dos serviços	(b) / (c)	(1.353.269)	152.212	(1.201.057)
Despesas com vendas	(b)	-	(108.744)	(108.744)
Despesas gerais e administrativas		(58.088)	157	(57.931)
Receitas financeiras	(a)	1.046.914	(26.387)	1.020.527
Despesas financeiras		(1.108.072)	1.299	(1.106.773)
Lucro líquido do período		29.796	-	29.796

Demonstração do resultado	Ref.	01/01/2015 a 30/09/2015	Reclassificações	01/01/2015 a 30/09/2015
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita líquida	(a) / (c)	4.802.840	38.177	4.841.017
Custo dos serviços	(b) / (c)	(4.148.469)	330.165	(3.818.304)
Despesas com vendas	(b)	-	(287.163)	(287.163)
Despesas gerais e administrativas		(170.775)	233	(170.542)
Receitas financeiras	(a)	2.195.195	(83.101)	2.112.094
Despesas financeiras		(2.360.298)	1.689	(2.358.609)
Lucro líquido do período		262.900	-	262.900

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

2.3.2) Demonstração do valor adicionado, período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015:

Demonstração do valor adicionado	Ref.	01/01/2015 a 30/09/2015	Reclassificações	01/01/2015 a 30/09/2015
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Valor adicionado líquido	(a)	2.854.633	81.332	2.935.965
Valor adicionado recebido em transferência	(a)	2.198.097	(83.101)	2.114.996
Valor adicionado total a distribuir		5.052.730	(1.769)	5.050.961
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		199.617	(80)	199.537
Impostos, taxas e contribuições		2.224.859	-	2.224.859
Remuneração de capitais de terceiros		2.365.354	(1.689)	2.363.665
Remuneração de capitais próprios		262.900	-	262.900
Valor adicionado total distribuído		5.052.730	(1.769)	5.050.961

- (a) Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, no montante de R\$ 83.101 no período de nove meses findo em 30 de setembro/2015 e R\$ 26.387 no trimestre findo em 30 de setembro, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, poderia ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócios de distribuição de energia elétrica, uma vez que o retorno sobre o investimento em infraestrutura no negócio de distribuição é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura, que corresponde a um único ativo físico.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Vide nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

- (b) Despesas comerciais do custo dos serviços para despesas com vendas no valor de R\$ 107.857 no terceiro trimestre e R\$ 285.807 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015. Adicionalmente, foram realizadas outras reclassificações da despesa financeira para a despesas com vendas no valor de R\$ 887 no terceiro trimestre e R\$ 1.356 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

- (c) Reclassificação dos valores multa por inadimplência do consumidor, no montante de R\$ 44.924 nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015.

3. Assuntos regulatórios

Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados pela ANEEL, a cada mês, em despacho, tendo entrado em vigor em janeiro de 2015.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, Encargo de Serviços de Sistema - ESS e risco hidrológico. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Dessa forma, no acumulado até setembro de 2015, vigorou a bandeira vermelha, nos montantes de R\$30/MWh para janeiro e fevereiro e R\$55/MWh a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha em janeiro no valor de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1 em fevereiro com acréscimo de R\$30/MWh, amarela em março no valor de R\$15/MWh e verde a partir de abril sem acréscimo.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias são revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e são repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente.

Mensalmente é apurado o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/15 e fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

No acumulado até setembro de 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$148.997 (R\$ 543.453 no mesmo período do ano anterior) de bandeira tarifária, tendo sido R\$ 860 repassados para a conta CCRBT (R\$ 87.493, no mesmo período do ano anterior).

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores potencialmente livres para o ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADÉE, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, revogando a Resolução Normativa nº 508/2012, e definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia contratada; e c) rescisão contratual. A Companhia vem realizando acordos nos termos deste resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos de sobrecontratação.

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, foi emitido o Decreto nº 8.828/16 que elimina o limite de recontração do montante de reposição dos contratos de energia existente que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

CDE-Encargos

Através da Resolução Homologatória nº 2.018/2015, de 2 de fevereiro de 2016, a ANEEL estabeleceu o encargo anual da CDE-Uso para o ano de 2016, o qual foram devidamente contemplado nas tarifas por meio do reajuste anual da Companhia em 2016. Houve alteração do encargo da CDE-Uso, a partir da competência de jun/16, por meio da Resolução Homologatória 2.077/2016, de 7 de junho de 2016.

Em julho de 2015, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) questionou judicialmente o pagamento de alguns itens que compõe a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma decisão liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados.

Em janeiro de 2016, houve nova decisão Liminar de processo judicial apresentado pela Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE), de mesma natureza, contestando itens da composição da CDE.

Em cumprimento às decisões judiciais, a ANEEL por intermédio das Resoluções Homologatórias nº 1.967, de 24 de setembro de 2015 e nº 2.083, de 14 de junho de 2016, estabeleceu as tarifas a serem aplicadas aos consumidores associados da ABRACE,

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

retroativamente, a partir de 3 de julho de 2015 e da ANACE, a partir de 19 de janeiro de 2016, enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela concedida no Processo Judicial nº 24648-39.2015.4.01.3400 e nº 0069262-32.2015.4.01.3400/16ª Vara Federal, alcançando, respectivamente, 13 e 12 grandes consumidores da COELBA, especificados nas resoluções. As decisões liminares estão sendo contestadas pela ANEEL e, no caso da liminar ABRACE, também pela ABRADÉE.

A diferença entre as tarifas normais e aquelas homologadas, faturadas em cumprimento à liminar, foi contemplada na apuração de componente financeiro reconhecido por ocasião do reajuste tarifário de 2016, através da Resolução Homologatória nº 2.066/2016, no valor de R\$ 2.495.

Através do Despacho nº 1.576, de 14 de junho de 2016, a ANEEL resolveu que as distribuidoras deveriam deduzir dos pagamentos das cotas mensais da CDE fixadas pela ANEEL, o efeito tarifário das liminares vigentes, inclusive retroativamente, alcançando todas as liminares, que o componente financeiro repassado no último reajuste deveria ser revertido no próximo processo, bem como que a Eletrobrás deveria deduzir tais valores do repasses para as destinações da CDE contestadas pelas liminares. Dessa forma, a partir do pagamento da cota de jun/16, a companhia procedeu a dedução do pagamento da cota da CDE, no valor acumulado de R\$ 2.696, relativo às competências de jul/15 a mar/16, bem como constituiu passivo para reversão do componente financeiro no próximo reajuste.

Recentemente, através do Despacho nº 2.634, de 30 de setembro de 2016, a ANEEL, em cumprimento à decisão liminar concedida nos autos do Processo Judicial nº 0028882-30.2016.4.01.3400/2ª Vara Federal, decidiu homologar novas tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, em R\$/MWh, com vigência a partir de 29 de junho de 2016, e enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela. Tal decisão alcança 15 grandes consumidores da COELBA. Conforme decisão da ANEEL os valores pagos a menor por tais consumidores serão deduzidos dos repasses efetuados à Eletrobras a conta CDE.

Decreto nº 8.221/14

As Distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos. Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 30.430 por mês, que será repassado à CCEE a partir de abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Para o período de de janeiro a setembro de 2016 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 284.436 (R\$ 273.868 de abril a dezembro de 2015).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.066 de 19 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 16,07%, dos quais 12,18% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 3,89% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 10,72%, sendo de 10,64%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 10,76%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	23.955	58.908
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.971	2.197
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	84.434
Fundos de investimento	91.632	814.122
	118.558	959.661

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2016 é constituída por: (i) Certificados de Depósito Bancário - CDB's pós-fixados e; (ii) Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por operações compromissadas, títulos públicos, CDB's e cotas de fundos.

5. Contas a receber de clientes e outros

		30/09/2016	31/12/2015
Consumidores	(a)	1.361.191	1.437.788
Terceiros		1.361.097	1.437.704
Partes relacionadas		94	84
Títulos a receber de terceiros		4.175	4.956
Comercialização de energia na CCEE	(b)	91.335	14.830
Disponibilização do sistema de distribuição		31.109	21.453
Terceiros		30.506	20.694
Partes relacionadas		603	759
Serviços prestados a terceiros		13.487	11.688
Serviços taxados e administrativos		8.396	7.457
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	122.309	133.039
Outros créditos de terceiros		28.190	23.288
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(369.048)	(336.387)
Total		1.291.144	1.318.112
Circulante		1.260.536	1.284.801
Não circulante		30.608	33.311

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Setor privado							
Residencial	139.364	184.438	242.335	566.137	572.961	(230.069)	(214.571)
Industrial	88.366	10.412	23.265	122.043	131.537	(15.061)	(12.973)
Comercial	126.593	41.906	63.040	231.539	255.741	(51.716)	(42.992)
Rural	42.905	20.089	34.122	97.116	93.547	(22.165)	(18.610)
	397.228	256.845	362.762	1.016.835	1.053.786	(319.011)	(289.146)
Setor público							
Federal	6.112	1.279	904	8.295	12.842	(825)	(1.673)
Estadual	9.881	5.641	4.375	19.897	18.823	(921)	(589)
Municipal	15.018	9.206	2.792	27.016	25.115	(1.687)	(1.028)
	31.011	16.126	8.071	55.208	56.780	(3.433)	(3.290)
Iluminação pública	23.034	12.327	14.050	49.411	45.795	(3.630)	(2.015)
Serviço público	33.558	13.471	8.044	55.073	39.829	(3.969)	(2.263)
Fornec. não faturado	184.664	-	-	184.664	241.598	-	-
Total	669.495	298.769	392.927	1.361.191	1.437.788	(330.043)	(296.714)
Circulante				1.338.877	1.412.503	(330.043)	(296.714)
Não circulante				22.314	25.285	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo, R\$ 14.829, compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

(c) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 42.404 (R\$ 37.267 em 31 de dezembro de 2015).

(c.2) CDE:

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 19 de abril de 2016, foi emitida a resolução homologatória nº 2.066/2016 aprovando o valor mensal de R\$ 27.939 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2016 a março de 2017.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 79.905 (R\$ 95.773 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	(280.977)	(1.500)	(14.829)	(29.433)	(326.739)
Adições	(109.348)	(390)	-	(2.194)	(111.932)
Reversões	30.378	423	-	8.250	39.051
Baixados a reserva	63.233	-	-	-	63.233
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(296.714)	(1.467)	(14.829)	(23.377)	(336.387)
Adições	(134.038)	(377)	-	(3.831)	(138.246)
Reversões	60.540	400	-	4.476	65.416
Baixados a reserva	40.169	-	-	-	40.169
Saldo em 30 de setembro de 2016	(330.043)	(1.444)	(14.829)	(22.732)	(369.048)

6. Impostos e contribuições a recuperar

		30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	31.344	20.429
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	16.157	5.615
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	52.490	55.613
Programa de integração social - PIS	(c)	3.035	7.801
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	12.399	32.764
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		2.354	2.142
		117.779	124.364
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	68.087	52.335
Recuperação fiscal - REFIS		2.413	2.413
		70.500	54.748
Total		188.279	179.112

(a) Correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do IRPJ e CSLL.

(b) O saldo do ICMS é composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, no montante de R\$ 113.280 (R\$ 96.861 em 31 de dezembro de 2015).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 7.297 (R\$ 11.087 em 31 de dezembro de 2015).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, nos montantes de R\$ 15.435 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 40.565 em 31 de dezembro de 2015).

7. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

Em 10 de dezembro de 2014, a ANEEL aditou os contratos de concessão e permissão com vistas a eliminar eventuais incertezas, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, a ANEEL garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

30/09/2016								
Circulante				Não Circulante			Total Líquido	
Ativo	Passivo(-)	Total	Ativo	Passivo(-)	Total			
Parcela "A"								
Revisão Tarifária	-	(24.302)	(24.302)	-	-	-	(24.302)	
Energia	215.892	(18.642)	197.250	-	(26.099)	(26.099)	171.151	
Encargo de Serviço do Sistema- ESS	27.354	(30.842)	(3.488)	-	(30.842)	(30.842)	(34.330)	
Neutralidade dos encargos setoriais	-	(14.997)	(14.997)	-	(4.923)	(4.923)	(19.920)	
Repasse de Sobrecontratação	(a)	45.761	(148.198)	(102.437)	45.761	-	45.761	(56.676)
Outras CVA's		48.902	(9.516)	39.386	13.266	(2.781)	10.485	49.871
Itens Financeiros								
Energia Eletronuclear		161	-	161	-	-	-	161
Reversão RTE 2015	(b)	1.194	(25.787)	(24.593)	-	-	-	(24.593)
Outros itens financeiros		17.304	(3.668)	13.636	317	(13)	304	13.940
		356.568	(275.952)	80.616	59.344	(64.658)	(5.314)	75.302

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

		31/12/2015					
		Circulante			Não Circulante		
		Ativo	Passivo(-)	Total	Ativo	Passivo(-)	Total

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 44.503, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 2/março a 21/abril/15, o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVAs.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos iniciais em 01 de janeiro	178.064	480.364
Constituição	49.399	(137.023)
Amortização	(171.801)	(224.650)
Remuneração financeira setorial	19.640	59.373
Saldos finais ATIVO(PASSIVO)	<u>75.302</u>	<u>178.064</u>

8. Impostos e contribuições diferidos

		<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	90.522	107.345
Diferido ativo		318.770	285.142
Diferido passivo		(228.248)	(177.797)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	128.084	140.096
Total		<u>218.606</u>	<u>247.441</u>

(a) Imposto de renda e Contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Ativo			
	30/09/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	265.900	66.534	315.373	78.904
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	266.540	23.988	316.014	28.441
Total		90.522		107.345

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/09/2016		31/12/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.707	58.707	58.607	58.607
Provisão para passivo atuarial	373.071	373.071	354.126	354.126
Provisão contingências	278.515	278.515	242.650	242.650
Receita de ultrapassagem	143.082	143.082	108.436	108.436
Outros	84.851	84.851	75.472	75.472
Total Ativo	938.226	938.226	839.291	839.291
Passivo (-)				
Valor justo do ativo indenizável	(580.918)	(580.278)	(444.892)	(444.251)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(80.384)	(80.384)	(67.458)	(67.458)
Outros	(11.024)	(11.024)	(11.568)	(11.568)
Total Passivo	(672.326)	(671.686)	(523.918)	(523.277)
Total Líquido	265.900	266.540	315.373	316.014

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2015 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 11 de novembro de 2015, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que, a mesma, opera conforme Instrução CVM 371/02.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2016 e 2015.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Período de nove meses findo em:			
	30/09/2016		30/09/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	237.736	237.736	318.493	318.493
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(12.012)	(12.012)	(12.483)	(12.483)
Juros sobre capital próprio	(116.613)	(116.613)	(38.636)	(38.636)
Base de cálculo	109.111	109.111	267.374	267.374
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	27.278	9.820	66.844	24.064
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições	780	298	5.940	322
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(5.830)	(2.099)	(6.056)	(2.180)
Incentivo fiscal SUDENE	1.042	-	(44.528)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(413)	-	(1.296)	-
Outras exclusões	(2.454)	(922)	-	-
	(7.655)	(3.021)	(51.880)	(2.180)
Imposto de renda e contribuição social no período	20.403	7.097	20.904	22.206
Imposto de renda e contribuição social no resultado	20.403	7.097	20.904	22.206

	Período de nove meses findo em:			
	30/09/2016		30/09/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	8.033	2.644	8.174	19.457
Recolhidos e Pagos	17.340	14.413	14.928	21.743
A pagar	(7.932)	(10.847)	(196)	1.417
Impostos antecipados a recuperar	(1.375)	(922)	(6.558)	(3.703)
Diferido	12.370	4.453	12.730	2.749
	20.403	7.097	20.904	22.206

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Período de três meses findo em:			
	30/09/2016		30/09/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	12.256	12.256	37.000	37.000
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.005)	(4.005)	(4.161)	(4.161)
Juros sobre capital próprio	(116.613)	(116.613)	-	-
Base de cálculo	(108.362)	(108.362)	32.839	32.839
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(27.090)	(9.753)	8.210	2.956
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições	520	193	373	141
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(1.943)	(700)	(2.019)	(728)
Incentivo fiscal SUDENE	21.561	-	(5.774)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	655	-	(116)	-
Outras exclusões	(2)	-	-	-
	20.271	(700)	(7.909)	(728)
Imposto de renda e contribuição social no período	(6.299)	(10.260)	674	2.369
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(6.299)	(10.260)	674	2.369

	Período de três meses findo em:			
	30/09/2016		30/09/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	(7.932)	(10.848)	(1.078)	1.738
Recolhidos e Pagos	2.559	1.454	-	-
A pagar	(10.491)	(12.302)	5.480	5.442
Impostos antecipados a recuperar	-	-	(6.558)	(3.704)
Diferido	1.634	588	1.752	631
	(6.298)	(10.260)	674	2.369

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

9. Depósitos judiciais

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	204.768	172.074
Cíveis	109.328	92.784
Fiscais:	80.084	73.976
Incentivo fiscal SUDENE	10.920	10.189
ICMS	30.552	28.290
IRPJ	22.831	21.013
Outros	15.781	14.484
Outros	10.052	8.753
Total	<u>404.232</u>	<u>347.587</u>

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

10. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente

10.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 30 de setembro de 2016 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada

	30/09/2016	31/12/2015
Saldos iniciais em 01 de janeiro	2.514.452	2.008.433
Baixas	(1.764)	(1.422)
Amortização/Reversão	(b) -	27.384
Transferências	(a) 292.700	235.734
Atualização / valor justo	136.027	244.323
Saldos finais em	2.941.415	2.514.452

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(b) Devolução de obrigação especial oriunda do Programa Luz para Todos no total de R\$ 52.729, tendo sido R\$ 25.345 revertidos do ativo intangível e R\$ 27.384 do ativo financeiro.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 20). A realização do WACC sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do período.

Conforme mencionado acima, a Companhia adota como melhor estimativa de evolução do VNR o mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais. A Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, de 23 de novembro de 2015 aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), passando a mesma a ser atualizada pela variação do IPCA (antes IGP-M) entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

10.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Em 30 de setembro de 2016 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 55.811 (R\$ 37.543 em 30 de setembro de 2015) cuja taxa média mensal de capitalização utilizada foi de 0,99%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

		30/09/2016			31/12/2015	
Taxas anuais						
médias ponderadas			Amortização	Obrigações	Valor	Valor
de amortização (%)		Custo	acumulada	especiais	líquido	líquido
<u>Em serviço</u>						
Direito de uso da concessão	3,45%	8.834.547	(4.375.307)	(1.493.361)	2.965.879	2.915.402
<u>Em curso</u>						
Direito de uso da concessão		1.307.359	-	(364.516)	942.843	846.520
Total		10.141.906	(4.375.307)	(1.857.877)	3.908.722	3.761.922

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2015	8.190.176	(3.692.447)	(1.548.572)	2.949.157	914.084	(280.124)	633.960	3.583.117
Adições	-	-	-	-	967.971	(247.724)	720.247	720.247
Baixas	(56.392)	46.422	-	(9.970)	(18.272)	-	(18.272)	(28.242)
Amortizações	-	(435.378)	104.751	(330.627)	-	-	-	(330.627)
Transferências - Intangíveis	326.816	-	(74.938)	251.878	(326.816)	74.938	(251.878)	-
Transferências - Ativos financeiros	(235)	-	-	(235)	(319.324)	83.825	(235.499)	(235.734)
Transferências - Outros	29.724	61	25.414	55.199	7.924	(9.962)	(2.038)	53.161
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.490.089	(4.081.342)	(1.493.345)	2.915.402	1.225.567	(379.047)	846.520	3.761.922
Adições	-	-	-	-	867.442	(157.814)	709.628	709.628
Baixas	(63.743)	47.701	-	(16.042)	(7.197)	-	(7.197)	(23.239)
Amortizações	-	(341.666)	82.934	(258.732)	-	-	-	(258.732)
Transferências - Intangíveis	396.021	-	(82.950)	313.071	(396.021)	82.950	(313.071)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	23	-	-	23	(402.017)	109.294	(292.723)	(292.700)
Transferências - Outros (b)	12.157	-	-	12.157	19.585	(19.899)	(314)	11.843
Saldos em 30 de setembro de 2016	8.834.547	(4.375.307)	(1.493.361)	2.965.879	1.307.359	(364.516)	942.843	3.908.722

(a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(b) Refere-se às transferências de capitalização de encargos de juros sobre obras em andamento (transferência do Intangível Em Curso para Em Serviço) ocorridas no período e as transferências realizadas entre obras e estoques.

11. Fornecedores

	30/09/2016	31/12/2015
Energia elétrica:	437.463	554.802
Terceiros	350.388	538.477
Partes relacionadas	87.075	16.325
Encargos de uso da rede	52.980	19.690
Terceiros	51.067	17.968
Partes relacionadas	1.913	1.722
Materiais e serviços	192.976	485.589
Terceiros	192.206	485.149
Partes relacionadas	770	440
Energia livre	39.879	36.398
Total	723.298	1.096.479
Circulante	683.419	1.060.081
Não circulante	39.879	36.398

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

12. Empréstimos e financiamentos

Composição da dívida líquida	30/09/2016			31/12/2015	
	Empréstimo	Custos de transação	Operações com Swap	Total	Total
Moeda nacional					
BNB	95.239	(279)	-	94.960	139.995
BNDES FINEM	1.138.858	(3.580)	-	1.135.278	1.218.740
Eletrobrás	88.086	(608)	-	87.478	103.969
FINEP	29.785	(102)	-	29.683	41.843
CEF - LPT 8	73.257	-	-	73.257	55.380
Banco do Brasil	403.548	(897)	-	402.651	386.969
BONDS BRL(*)	-	-	-	-	407.944
Banco Safra	152.355	(254)	-	152.101	-
	1.981.128	(5.720)	-	1.975.408	2.354.840
Moeda estrangeira					
ITAÚ I e II	240.080	-	(31.252)	208.828	201.103
Títulos Externos	490.698	-	(76.456)	414.242	400.141
Bank of America 2012 e 2013	684.741	-	(244.034)	440.707	441.587
Bank of Tokyo	160.785	-	(56.242)	104.543	104.675
Citibank 2013 e 2015 e 2015	412.571	-	(87.479)	325.092	328.309
Banco JP Morgan	80.415	-	(22.041)	58.374	58.365
BNP Paribas	279.109	-	(46.023)	233.086	240.984
Mizuho	122.806	-	5.807	128.613	132.826
Banco ABC	20.208	-	29	20.237	-
	2.491.413	-	(557.691)	1.933.722	1.907.990
(-) Depósitos em garantia	(30.458)	-	-	(30.458)	(47.035)
Dívida líquida	4.442.083	(5.720)	(557.691)	3.878.672	4.215.795
Circulante	859.579	(2.429)	(42.736)	814.414	901.644
Não circulante	3.582.504	(3.291)	(514.955)	3.064.258	3.314.151

(*) O empréstimo de BONDS BRL foi liquidado em abril de 2016.

(a) Captações e renegociações de recursos no período

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: em 2016, a Companhia captou R\$ 38.268 para financiamento de investimentos a serem realizados em 2016, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.02.94.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013, julho e dezembro de 2014.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

- Caixa Econômica Federal: a companhia recebeu o valor de R\$ 15.158, referente ao financiamento do Programa Luz para Todos, em parceria com a Eletrobrás. O financiamento tem o prazo até outubro de 2026 e custo de 6% a.a.
- Banco Safra: em agosto de 2016 a Companhia emitiu Nota Promissória com as seguintes características: (i) volume de R\$ 150.000; (ii) taxa de 110% do CDI; (iii) fee: 0,20%; (iv) prazo de 4 meses; (v) amortização de principal *bullet*; (vi) juros *bullet*.
- Banco ABC: em setembro de 2016 a Companhia adquiriu empréstimo na modalidade 4131 com cessão fiduciária no swap com as principais características: (i) volume de R\$ 20.000; (ii) taxa de 120% do CDI; (iii) prazo de 6 meses; (iv) amortização de principal *bullet*; (v) juros trimestrais.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos:

- ✓ Apurados com base nas Demonstrações Financeiras da **Companhia**, como segue:
 - Títulos Externos, Citibank N.A. 2013, JP Morgan, N.A. 2013, Citibank N.A. 2015, BNP Paribas S.A. 2015, Bank of America, N.A. 2012, Bank of America, N.A. 2013, Bank of Tokyo-Mitsubishi 2012 e Mizuho Bank Ltd. 2015: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2;
 - Eletrobrás: Dívida Líquida / EBITDA \leq 3,0
- ✓ Apurados com base nas Demonstrações Financeiras da **Neoenergia S.A (garantidora)**, como segue:
 - BNDES 2009: Patrimônio líquido / Exigível total maior ou igual a 45%, EBITDA / Receita operacional líquida maior ou igual a 15%, EBITDA / Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2, Ativo Circulante / Passivo Circulante maior ou igual a 0,4.
 - BNDES 2013: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia superou o limite estabelecido para o indicador Dívida Líquida/EBITDA como menor ou igual a 3 do contrato que possui junto à Eletrobrás. De acordo com este contrato, caso haja descumprimento do limite, será necessária a

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

anuência para contratação de novas dívidas. A Companhia obteve a referida carta de anuência para os empréstimos captados no período.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia encontra-se adimplente com todas as demais cláusulas contratuais dos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas em não circulante são os seguintes:

	30/09/2016			31/12/2015		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2017	735.744	(380)	735.364	212.281	-	212.281
2018	1.621.891	(967)	1.620.924	2.144.210	(950)	2.143.260
2019	203.822	(723)	203.099	31.011	(63)	30.948
2020	197.293	(718)	196.575	19.030	(26)	19.004
2021	155.219	(394)	154.825	412.179	(3.255)	408.924
Após 2021	184.038	(109)	183.929	547.306	(537)	546.769
Total obrigações	3.098.007	(3.291)	3.094.716	3.366.017	(4.831)	3.361.186
(-) Garantias depósitos vinculados			(30.458)			(47.035)
Total			3.064.258			3.314.151

A mutação de empréstimos e financiamentos no período é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2015	353.748	1.854.635	(30.522)	1.429.666	3.607.527
Ingressos	-	445.842	-	449.794	895.636
Encargos	211.035	-	40.826	-	251.861
Variação monetária e cambial	923	8.114	4.363	887.893	901.293
Swap	-	-	104.995	(870.338)	(765.343)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(1.510)	(21.137)	(22.647)
Transferências	864.883	(864.883)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(558.705)	-	(86.040)	-	(644.745)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(5.101)	-	-	(5.101)
(-) Custos de transação	(2.352)	(334)	-	-	(2.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	869.532	1.438.273	32.112	1.875.878	4.215.795
Ingressos	151.595	93.498	20.000	-	265.093
Encargos	132.632	-	44.648	-	177.280
Variação monetária e cambial	2.306	22.702	(16.247)	(476.471)	(467.710)
Swap	-	-	78.150	564.338	642.488
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	(604)	(604)
Transferências	252.191	(252.191)	217.742	(217.742)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(784.700)	-	(188.082)	-	(972.782)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	16.577	-	-	16.577
(-) Custos de transação	2.535	-	-	-	2.535
Saldos em 30 de setembro de 2016	626.091	1.318.859	188.323	1.745.399	3.878.672

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

13. Debêntures

	2016		
	Debêntures	Custo de Transação	Total
8ª Emissão	267.469	(2.458)	265.011
Total	267.469	(2.458)	265.011
Circulante	17.469	(948)	16.521
Não Circulante	250.000	(1.510)	248.490

(a) Emissões e renegociações de debêntures no período

- Em abril de 2016 a Coelba realizou a 8ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos com as seguintes principais características: (i) volume de R\$ 250 milhões; (ii) taxa de 121,5% do CDI; (iii) prazo de 3 anos; (iv) amortização de principal bullet (v) juros semestrais.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

A escritura da 8ª emissão de debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A, como segue:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4.
- EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Garantias

A 8ª Emissão de debêntures é da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória da fiadora Neoenergia S.A, que se obriga pelo pagamento integral do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios, e de todos e quaisquer valores devidos pela emissora.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2016		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2019	250.000	(1.510)	248.490
	250.000	(1.510)	248.490

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

A mutação de debêntures no período é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Ingressos	-	250.000	250.000
Encargos	17.469	-	17.469
Transferências	(1.357)	1.357	-
Amortizações e pagamentos de juros	-	(2.867)	(2.867)
(-) Custos de transação	409	-	409
Saldos em 30 de setembro de 2016	16.521	248.490	265.011

14. Salários e encargos a pagar

	30/09/2016	31/12/2015
Salários	3.104	9.842
Encargos sociais	15.511	12.761
Provisões férias e 13º salário	35.173	26.470
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	2.700	3.178
Provisão PLR (a)	15.715	22.327
Outros	128	169
Total	72.331	74.747

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O pagamento da PLR referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ocorreu em abril de 2016.

15. Taxas regulamentares

	30/09/2016	31/12/2015
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	49.706	57.170
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (b)	1.660	2.346
Empresa de Pesquisa Energética – EPE (b)	830	419
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (b)	39.243	30.894
Programa de Eficientização Energética – PEE (b)	10.910	10.850
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE (c)	743	678
Encargos Setoriais - Outros CCRBT (d)	210	24.275
Total	103.302	126.632
Circulante	77.517	101.393
Não circulante	25.785	25.239

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

O saldo em aberto em 30 de setembro de 2016, refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 10.176, para o período de junho a dezembro/2016, conforme Resolução nº 2.077 de 07 de junho de 2016, sendo deduzido o valor de R\$ 292, referente as liminares ABRACE/ANACE, previstas no Despacho nº 1.576 de 14 de junho de 2016; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 7.338 conforme Resolução nº 2.018 de 02 de fevereiro de 2016 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 32.191 conforme Resolução nº 2.004 de 15 de dezembro de 2015.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, conforme Despacho 1.033 de 27 de abril de 2016.

(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

16. Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Imposto de renda – IR	11.916	7.233
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	3.566	296
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	68.680	80.151
Programa de integração social – PIS	7.210	8.546
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	33.358	39.616
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	4.034	3.736
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	1.247	1.196
Imposto sobre serviços – ISS	241	284
Impostos e contribuições retidos na fonte	11.609	15.393
Outros	8.369	758
	150.230	157.209
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	5.546	4.770
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	72	72
	5.618	4.842
Total	155.848	162.051

17. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável:

	30/09/2016				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	152.101	85.404	18.216	4.408	260.129
Constituição	23.111	42.770	942	-	66.823
Baixas/reversão	(27.578)	(44.189)	(354)	-	(72.121)
Atualização	15.910	23.696	926	631	41.163
Saldos em 30 de setembro de 2016	163.544	107.681	19.730	5.039	295.994
Circulante	20.637	47.830	786	-	69.253
Não circulante	142.907	59.851	18.944	5.039	226.741

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo o pedido de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 610.392 (R\$ 481.628 em 31 de dezembro de 2015) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, acidentes, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 923.681 (R\$ 1.407.399 em 31 de dezembro de 2015) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, REFIS, PIS/COFINS, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.057.712 (R\$ 925.387 em 31 de dezembro de 2015) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que estão estimados em R\$ 130.569 e R\$ 479.641, respectivamente (R\$ 109.422 e R\$ 447.867 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Regulatórias

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 96.078 (R\$ 83.538 em 31 de dezembro de 2015) em ações regulatórias de naturezas diversas com

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos o processo nº 0030544-34.2013.4.01.3400, que versa sobre anulação da resolução normativa da ANEEL nº 387 de 15/12/2009 e do despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010 que trata sobre procedimento de coleta dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, realização das suas compensações financeiras e recuperação dos indicadores globais. Este processo está estimado em R\$ 36.957 (R\$ 32.289 em 31 de dezembro de 2015).

18. Outros passivos

	Ref	30/09/2016	31/12/2015
Consumidores	(a)	44.435	64.654
Caução em garantia	(b)	165.606	153.595
Adiantamentos recebidos	(c)	35.811	31.800
Outras		29.904	33.429
Total		275.756	283.478
Circulante		229.304	257.535
Não circulante		46.452	25.943

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros.

19. Patrimônio líquido

Capital social

Em 25 de abril de 2016 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou aumento de capital no valor correspondente ao excesso das reservas de lucros em relação ao capital social no montante de R\$ 167.709, em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76).

O Capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço passou de R\$ 542.163 para R\$ 709.872.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em unidades)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	103.719.991	94,9	18.257.737	93,4	59.315.266	100,0	181.292.994	96,3
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.725	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.144	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	391.269	94,9	68.875	93,4	223.758	100,0	683.902	96,3
Previ	12.516	3,0	3.751	5,1	-	0,0	16.267	2,3
Outros	8.551	2,1	1.152	1,6	-	0,0	9.703	1,4
Total	412.336	100,0	73.778	100,0	223.758	100,0	709.872	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 30 de setembro de 2016, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada e disponível para capitalização por parte dos acionistas monta R\$ 255.052 (R\$ 243.038 em 31 de dezembro de 2015).

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2020, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período findo em 30 de setembro de 2016 o valor de R\$ 1.042 (R\$ 44.528 em 30 de setembro 2015) de incentivo fiscal SUDENE.

b) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir desde de 2008 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

c) Reserva de Retenção de Lucros

Em 25 de abril de 2016 a Companhia deliberou em Assembleia Geral Ordinária a aplicação do excesso da reserva de lucros, devido ao limite previsto na Lei 11.638/2007, no aumento de capital social no montante de R\$ 167.709. O saldo da Reserva de Lucros que está limitado ao montante do capital social em 30 de setembro de 2016 passou a ser R\$ 709.872 (R\$ 877.579 em 31 de dezembro de 2015).

Dividendos e Juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2016</u>					
RCA de 01 de agosto 2016	JSCP	116.613	0,6007597	0,6007597	0,6608357
<u>2015</u>					
RCA de 19 de junho 2015	JSCP	38.636	0,1990406	0,1990406	0,2189447
RCA de 19 de junho 2015	Dividendos Intermediários	41.565	0,2141330	0,2141330	0,2355463
AGE de 25 de abril 2016 (*)	JSCP	<u>6.635</u>	0,0341833	0,0341833	0,0376016
		86.836			

(*) Em Assembléia Geral Ordinária ocorrida em 25 de abril de 2016 foi ratificada a deliberação do pagamento do complemento de JSCP considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos iniciais	8.543	221.168
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	116.613	80.201
Propostos	-	6.635
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(184)	(52)
Pagos no exercício	(122.955)	(299.256)
Prescritos	-	(153)
Saldos finais	<u>2.017</u>	<u>8.543</u>

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada. Em 30 de setembro de 2016, não houve qualquer efeito reconhecido como outros resultados abrangentes (R\$ 364 negativo em 30 de setembro de 2015).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

20. Receita líquida

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		Período de três meses findo em:		Período de nove meses findo em:	
		30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Fornecimento de energia	(a)	1.140.326	1.167.299	3.508.910	3.416.567
Receita de distribuição		1.022.838	1.053.861	3.144.063	3.053.999
Remuneração financeira wacc		117.488	113.438	364.847	362.568
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	56.219	44.034	80.935	393.464
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.043.902	941.842	3.298.163	2.926.587
Receita de distribuição		1.040.978	939.816	3.290.172	2.919.756
Remuneração financeira wacc		2.924	2.026	7.991	6.831
Valores a compensar da parcela A e Outros Itens Financeiros	(d)	(29.095)	(40.172)	(122.402)	(27.628)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		265.168	115.095	642.664	381.935
Outras receitas	(e)	24.753	34.407	199.531	144.336
Total receita bruta		2.501.273	2.262.505	7.607.801	7.235.261
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(812.546)	(771.527)	(2.509.018)	(2.394.244)
Total receita operacional líquida		1.688.727	1.490.978	5.098.783	4.841.017

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	Período de três meses findo em:		Período de nove meses findo em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Consumidores:				
Residencial	919.318	866.013	2.920.154	2.657.134
Industrial	252.145	273.388	771.039	782.854
Comercial	473.225	468.823	1.516.045	1.415.309
Rural	134.385	133.564	390.636	351.830
Poder público	87.107	80.965	266.103	246.704
Iluminação pública	65.987	69.552	190.999	193.140
Serviço público	71.285	61.971	196.015	197.034
Fornecimento não faturado	(31.778)	(16.865)	(32.689)	(7.467)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (*)	(990.863)	(899.566)	(3.152.318)	(2.804.416)
	980.811	1.037.845	3.065.984	3.032.122
Subvenção à tarifa social baixa renda	159.515	129.454	442.926	384.445
Total	1.140.326	1.167.299	3.508.910	3.416.567

(*) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Período de três meses findo em:		Período de nove meses findo em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receita de Uso - Consumidor livre	53.039	42.276	145.845	122.171
Receita de Uso - Consumidor Cativo*	990.863	899.566	3.152.318	2.804.416
	1.043.902	941.842	3.298.163	2.926.587

(*) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos

	Período de três meses findo em:		Período de nove meses findo em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Parcela A				
Revisão Tarifária	3.789	(3.221)	8.939	29.275
Energia	(69.379)	(214.396)	(177.125)	(313.407)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(23.553)	82.139	(20.693)	170.097
Neutralidade dos encargos setoriais	4.922	8.453	(1.766)	9.021
Sobrecontratação	75.231	111.304	134.972	70.546
Outras CVA's	(23.887)	(16.653)	(40.055)	28.125
Itens Financeiros				
Desconto Tarifa Autoprodutores	-	-	-	(147)
Energia Eletronuclear	(71)	(4.340)	(4.799)	(10.562)
Exposição Financeira	-	(10.902)	(16.428)	8.141
Reversão RTE 2015	11.049	-	(18.881)	-
Outros itens financeiros	(7.196)	7.444	13.434	(18.717)
Total	(29.095)	(40.172)	(122.402)	(27.628)

(e) Outras Receitas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Período de três meses findo em:		Período de nove meses findo em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
	(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Renda da prestação de serviços	11.176	7.257	23.777	20.203
Arrendamentos e aluguéis	9.794	25.150	27.176	29.784
Serviço taxado	3.899	3.765	10.549	9.838
Valor justo ativo indenizável da concessão (a)	35.007	26.387	136.027	83.101
Multa por inadimplência	(35.717)	(28.971)	-	-
Outras receitas	594	819	2.002	1.410
	24.753	34.407	199.531	144.336

(a) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR. Em 23 de novembro de 2015 a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015 aprovou a revisão do índice de atualização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) passando a ser utilizado o IPCA em substituição ao IGPM entre a data base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

(f) Deduções da Receita Bruta

	Período de três meses findo em:		Período de nove meses findo em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
	(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Impostos e contribuições				
ICMS	(437.446)	(412.381)	(1.372.904)	(1.267.249)
PIS	(36.910)	(29.364)	(115.872)	(106.400)
COFINS	(169.707)	(135.248)	(533.526)	(490.261)
ISS	(1.883)	(2.468)	(5.782)	(5.177)
Encargos Setoriais				
Conta de desenvolvimento energético – CDE (*)	(148.818)	(171.509)	(445.566)	(375.273)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(6.942)	(7.005)	(21.658)	(21.403)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.777)	(2.802)	(8.649)	(8.561)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.388)	(1.401)	(4.324)	(4.281)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.776)	(2.802)	(8.648)	(8.561)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(3.494)	(2.609)	(10.483)	(7.826)
Encargos do Consumidor - CCRBT	(405)	(3.938)	18.394	(99.252)
Total	(812.546)	(771.527)	(2.509.018)	(2.394.244)

(*) Vide nota 15a.

21. Custos e despesas operacionais do serviço

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

(a) Custo de Energia Elétrica

	Período de três meses findo em:		Período de nove meses findo em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
	(Reclassificado)			
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	(337.121)	(287.751)	(962.200)	(821.552)
Energia adquirida contrato bilateral	(236.661)	(196.076)	(648.234)	(554.665)
Contratos por cotas de garantia física	(127.843)	(71.282)	(342.574)	(196.949)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(32.986)	(28.231)	(98.958)	(96.565)
Energia curto prazo - PLD	35.049	(648)	(18.758)	(226.108)
PROINFA	(31.076)	(21.645)	(93.227)	(64.935)
Ressarcimento de energia	659	268	4.558	35.949
Créditos de PIS e COFINS	79.691	82.248	266.871	243.549
Encargos de energia de reserva - EER	(7.147)	(22.473)	(49.712)	(22.473)
Custos Variáveis do MCP	(140.995)	(263.504)	(380.935)	(876.820)
	(798.430)	(809.094)	(2.323.169)	(2.580.569)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica	(47.413)	(48.474)	(153.491)	(170.424)
Encargos de conexão	(7.463)	(6.191)	(20.236)	(17.424)
Encargo de uso do sistema de distribuição	(1.205)	(1.289)	(3.521)	(3.718)
Encargo de serviço do sistema - ESS	(45.554)	(80.712)	(130.229)	(174.899)
Encargos de energia de reserva - EER	-	15.983	-	25.639
Créditos de PIS e COFINS	5.629	5.316	16.081	16.465
	(96.006)	(115.367)	(291.396)	(324.361)
	(894.436)	(924.461)	(2.614.565)	(2.904.930)

(b) Custo de operação e despesas operacionais

Custo / Despesas	Período de três meses findo em:				
	30/09/2016			30/09/2015	
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
	(Reclassificado)				
Pessoal	(48.976)	(18.124)	(25.275)	(92.375)	(77.918)
Administradores	-	-	(1.932)	(1.932)	(929)
Entidade de previdência privada	(2.145)	(726)	(1.225)	(4.096)	(1.094)
Material	(10.812)	(2.484)	(471)	(13.767)	(6.121)
Serviços de terceiros	(127.920)	(37.489)	(26.740)	(192.149)	(153.655)
Taxa de fiscalização-TFSEE	(2.228)	-	-	(2.228)	(2.035)
Amortização	(81.058)	-	(6.066)	(87.124)	(77.486)
Arrendamentos e aluguéis	(321)	(400)	(1.480)	(2.201)	(1.706)
Tributos	(24)	(13)	(326)	(363)	(284)
Provisões líquidas – PCLD	-	2.364	-	2.364	6.714
Perdas contas a receber/consumidores	-	(20.272)	-	(20.272)	(30.917)
Provisões líquidas - contingências	-	-	3.115	3.115	12.390
Outras despesas (receitas) operacionais	33.602	(1.935)	(25.458)	6.209	4.865
Total custos / despesas	(239.882)	(79.079)	(85.858)	(404.819)	(328.176)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Custo / Despesas	Período de nove meses findo em:				
	30/09/2016		30/09/2015		
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
					(Reclassificado)
Pessoal	(142.093)	(66.501)	(68.617)	(277.211)	(232.746)
Administradores	-	-	(5.447)	(5.447)	(4.859)
Entidade de previdência privada	(6.341)	(2.508)	(1.894)	(10.743)	10.426
Material	(23.229)	(3.855)	(1.437)	(28.521)	(14.267)
Serviços de terceiros	(376.450)	(93.831)	(75.821)	(546.102)	(408.191)
Taxa de fiscalização–TFSEE	(6.492)	-	-	(6.492)	(5.590)
Amortização	(234.862)	-	(17.746)	(252.608)	(239.748)
Arrendamentos e aluguéis	(1.111)	(664)	(4.052)	(5.827)	(4.683)
Tributos	(176)	(39)	(5.241)	(5.456)	(5.092)
Provisões líquidas – PCLD	-	(32.661)	-	(32.661)	(12.267)
Perdas contas a receber/consumidores	-	(40.169)	-	(40.169)	(41.742)
Provisões líquidas - contingências	-	-	5.894	5.894	10.816
Outras despesas (receitas) operacionais	(5.489)	(4.343)	(55.782)	(65.614)	(41.202)
Total custos / despesas	(796.243)	(244.571)	(230.143)	(1.270.957)	(989.145)

22. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	Período de três meses findo em:		Período de nove meses findo em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda de aplicações financeiras	6.195	22.488	43.532	51.587
Juros, comissões e acréscimo moratório	10.572	13.447	31.392	30.480
Marcação a mercado da dívida/swap	44.558	311.670	278.524	616.857
Variação cambial	22.753	1.150	760.689	197.237
Operações swap	27.915	649.042	306.485	1.143.793
Atualização depósitos judiciais	6.072	5.474	18.064	15.028
Remuneração financeira setorial	8.529	18.320	19.640	48.558
Outras receitas financeiras	7.774	1.838	27.471	11.456
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(2.115)	(2.902)	(6.837)	(2.902)
	132.253	1.020.527	1.478.960	2.112.094

Despesas financeiras	Período de três meses findo em:		Período de nove meses findo em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Encargos de dívida	(49.111)	(58.081)	(152.082)	(164.707)
Marcação a mercado da dívida/swap	(52.983)	(313.352)	(302.935)	(622.748)
Variação cambial	(50.912)	(651.774)	(267.261)	(1.148.708)
Operações swap	(52.451)	(49.346)	(948.973)	(320.505)
Obrigações Pós-Emprego	(11.313)	(9.164)	(33.938)	(27.493)
Atualização contingências	(14.105)	(12.607)	(41.163)	(37.853)
Outras despesas financeiras	(13.426)	(12.449)	(65.469)	(36.595)
	(244.301)	(1.106.773)	(1.811.821)	(2.358.609)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

23. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Por empresa	Ref	Resultado	Ativo			Passivo		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CELPE	(b)	3.171	424	-	424	77	-	77
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.1)/(g)	(321.054)	86	-	86	41.601	-	41.601
TERMOPIERNAMBUCO S/A	(a.1)	(98.952)	-	-	-	21.929	-	21.929
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.2)	(3.391)	-	-	-	520	-	520
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.2)	(2.089)	-	-	-	320	-	320
RIO PCH I S.A.	(a.2)	(1.143)	-	-	-	175	-	175
BAHIA PCH I S.A.	(b)	627	74	-	74	-	-	-
SE NARANDIBA S.A.	(c)/(d)	(5.825)	-	-	-	942	-	942
AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.1)/(b)/(e)	(21.624)	105	-	105	2.739	-	2.739
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(c)/(d)/(g)	(8.981)	8	-	8	1.506	-	1.506
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	(14.361)	-	-	-	2.200	-	2.200
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIRES	(a.2)	(56.747)	-	-	-	8.694	-	8.694
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(990)	-	-	-	110	-	110
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(842)	-	-	-	94	-	94
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(989)	-	-	-	110	-	110
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(918)	-	-	-	102	-	102
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(975)	-	-	-	108	-	108
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(667)	-	-	-	74	-	74
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(885)	-	-	-	99	-	99
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(820)	-	-	-	91	-	91
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(827)	-	-	-	92	-	92
NORTE ENERGIA S.A.	(a.2)	(21.924)	-	-	-	7.408	-	7.408
AMARA BRASIL	(f)	(5.519)	-	-	-	651	-	651
FAELBA	(h)	(10.860)	6.948	14.732	21.680	38	2.404	2.442
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(i)/(j)/(l)/(m)	(18.892)	53.786	7.201	60.987	131.576	271.076	402.652
OUTROS MINORITÁRIOS		-	-	-	-	2.017	-	2.017
Controladores								
IBERDROLA ENERGIA S/A.		(345)	-	-	-	-	-	-
NEOENERGIA S.A.	(e)	(971)	-	-	-	116	17.144	17.260
Em 30 de setembro de 2016		(596.793)	61.431	21.933	83.364	223.389	290.624	514.013
Em 30 de setembro de 2015		(465.351)						
Em 31 de dezembro de 2015			641.637	20.562	662.199	143.595	289.011	432.606

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:
 - a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL, com vigência entre 2016 e 2027. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
 - a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos com vigência entre 2032 e 2040, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- (b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), com vigência entre 2020 e 2029, corrigidos anualmente (i) através do reajuste tarifário ANEEL ou (ii) pela variação do IGPM.
- (c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (e) Contratos de locação de imóveis, com vigência entre 2017 e 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. Contratos de cessão de crédito com a Neoenergia em função da compensação do prejuízo fiscal do débito da PGFN e do PRORELIT de débitos com a Receita Federal do Brasil corrigidos mensalmente pelo IGPM pró-rata.
- (f) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2018.
- (g) Contratos de fornecimento de energia, corrigidos anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.
- (h) Contribuições da companhia para o fundo previdenciário dos funcionários ativos calculados sobre as remunerações mensais, revertida as Reservas Especiais dos Planos de Benefícios autorizados pelos ofícios PREVIC nº 583 de 08/03/2016 e nº 410 de 19/02/105.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

- (i) Contratos de empréstimo com o Banco do Brasil com vigência até 2018, corrigidos pela taxa de juros de 111,6% do CDI.
- (j) Serviço de arrecadação de tarifas assinados com o Banco do Brasil com vigência até 01/07/2017.
- (l) Aplicações financeiras em Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado e Certificado de Depósito Bancário (CDB).
- (m) Emissão de Títulos e Valores Mobiliários – BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

23.1 Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o período findo em 30 de setembro de 2016, é de R\$ 5.732 (R\$ 5.139 em 30 de setembro de 2015) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os Benefícios de Curto Prazo, os Benefícios de Longo Prazo e as verbas decorrentes das rescisões contratuais.

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 25 de abril de 2016 aprovou o montante de até R\$ 5.583 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2016. Até setembro o montante pago foi de R\$ 7.700, dos quais R\$ 3.661 refere-se a indenizações por rescisões contratuais que pela natureza não remuneratória e sim indenizatória, não foram computados no montante da remuneração global anual aprovada pela AGO.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

Considerações gerais e de políticas internas

A administração dos riscos da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Companhia executa suas operações.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Dentre os objetivos dispostos na Política Financeira estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira; utilização de derivativos com propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros; financiamento dos investimentos com Bancos de Fomento; alongamento de prazos; desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Adicionalmente a Companhia monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Gestão do capital social

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Em 30 de setembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 4) – são classificados como mantido para negociação e mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado; (b) Títulos e valores mobiliários representados por fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros (nota 5) – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (nota 10.1)– está classificado como disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro ao final do período da concessão no resultado operacional do período.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

- Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros (nota 7) – decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, são classificados como empréstimos e recebíveis.
- Fornecedores (nota 11) – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos e Debêntures (notas 12 e 13)- o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.
 - ✓ Instrumentos Derivativos - são mensurados a valor justo por meio do resultado. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do período.
 - ✓ Operação de “hedge” (utilizando swap dólar para CDI) para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge de valor justo, vigentes em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

					Valores de Referência						Efeito acumulado 30/09/2016
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		Valor a receber/rece- bido - a pagar/pago
					30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	
Contratos de swaps:											
Ativa	Banco Citibank			USD 6M LIBOR + 1,50 %a.a.					490.698	172.703	
Passiva	Banco Merrill Lynch e Banco BNP Paribas	22/06/2010 26/08/2010 10/12/2010 14/05/2014	26/12/2018		USD 150.918	USD 150.000	R\$ 75.813	R\$399.495	(414.161)	(533)	
Risco de crédito				102,60% do CDI					(81)		
									76.456	172.170	(21.776)
Ativa				114,29% * (USD Libor 3M+0,80% a.a)					160.801	84.614	
Passiva	Banco de Tokyo	03/12/2012	14/06/2018		USD 50.037	USD 50.000	R\$ 57.755	R\$104.005	(104.691)	(550)	
Risco de crédito				CDI + 0,60% a.a.					132		
									56.242	84.064	(8.860)
Ativa				117,65% * (USD Libor 3M+1,70% a.a)					684.875	369.297	
Passiva	Bank of America Merrill Lynch	13/11/2012 16/11/2012 19/11/2012 05/12/2013	14/06/2018 20/12/2018		USD 210.134	USD 209.900	R\$ 240.394	R\$439.032	(441.878)	(1.850)	
Risco de crédito				CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a. / 106% do CDI					1.037		
									244.034	367.447	(31.310)
				117,65%*(USD Libor 3M+0,970% a.a) / 117,65%*(USD Libor 6M+1,8% a.a)					412.652	159.932	
Ativa	Banco Citibank	22/11/2013 27/03/2015	03/12/2018 15/03/2018		USD 128.141	USD 128.000	R\$ 91.019	R\$322.540	(325.031)	(4.639)	
Passiva				104,5% do CDI					(142)		
Risco de crédito				106,9% do CDI					87.479	155.293	(29.946)
Ativa	Banco JP Morgan	03/12/2013	17/12/2018	3,4588% a.a.					80.431	35.438	
Passiva				105% do CDI	USD 24.528	USD 24.500	R\$ 21.253	R\$58.065	(58.386)	(183)	
Risco de crédito									(4)		
									22.041	35.255	(3.899)
Ativa	Banco Itaú Unibanco	18/12/2014 19/12/2014	18/12/2017	3,65% a.a.					240.463	77.951	
Passiva				111% do CDI	USD 73.795	USD 73.127	R\$ 31.009	R\$200.000	(208.926)	(734)	
Risco de crédito									(285)		
									31.252	77.217	(10.256)
Ativa	BNP Paribas	16/01/2015	22/01/2018	1,9235% a.a.					279.261	78.865	
Passiva				105,2% do CDI	EUR 75.230	EUR 75.000	R\$ 38.469	R\$226.953	(233.173)	(11.685)	
Risco de credito									(65)		
									46.023	67.180	(29.760)
Ativa	Bank of America	28/07/2015	30/07/2018	2,1414882675% a.a..					122.881	18.099	
Passiva				101,4% do CDI	USD 37.462	USD 37.700	(R\$ 6.992)	R\$125.701	(128.677)	(5.958)	
Risco de Crédito									(11)		
									(5.807)	12.141	(14.110)
Ativa	Banco ABC	01/09/2016	01/03/2017	3,12% a.a					20.224	-	
Passiva				120% da CDI	USD 6.194	USD 0	(R\$ 130)	R\$ 0	(20.253)	-	
Risco de credito									-		
									(29)	-	
					750.253	748.227	548.720	1.815.791	557.691	970.767	(149.917)
									557.691	970.767	(149.917)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Valor Justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 dezembro de 2015:

	30/09/2016		31/12/2015	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.371.760	1.371.760	1.496.176	1.496.176
Contas a receber de clientes e outros	1.291.144	1.291.144	1.318.112	1.318.112
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	80.616	80.616	178.064	178.064
Mantidos até o vencimento	3.770	3.770	1.455	1.455
Títulos e valores mobiliários	3.770	3.770	1.455	1.455
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	126.118	126.118	963.208	963.208
Caixa e equivalentes de caixa	118.558	118.558	959.661	959.661
Títulos e valores mobiliários	7.560	7.560	3.547	3.547
Disponível para venda	2.941.415	2.941.415	2.514.452	2.514.452
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	2.941.415	2.941.415	2.514.452	2.514.452
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	2.927.945	2.927.945	3.404.284	3.404.284
Fornecedores	723.298	723.298	1.096.479	1.096.479
Empréstimos e financiamentos	1.944.950	1.944.950	2.307.805	2.307.805
Debêntures	265.011	265.011	-	-
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(5.314)	(5.314)	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.933.722	1.933.722	1.907.990	1.907.990
Empréstimos e financiamentos	2.491.413	2.491.413	2.878.757	2.878.757
Derivativos	(557.720)	(557.720)	(970.767)	(970.767)
Banco ABC	29	29	-	-

A Companhia entende que o valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

30/09/2016				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	-	-	2.941.415	2.941.415
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	23.955	94.603	-	118.558
Títulos e valores mobiliários	-	7.560	-	7.560
Passivos				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	2.491.413	-	2.491.413
Derivativos	-	(557.691)	-	(557.691)
	23.955	2.035.885	2.941.415	5.001.255

Fatores de Risco

- Riscos financeiros

✓ **Risco de variação cambial**

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de setembro de 2016, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Para o período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 559.992 (R\$ 609.241, resultado positivo em 30 de setembro de 2015)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

R\$ Mil							
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,2462	2.211.340	(48.026)	(60.032)	(72.038)
Swap Ponta Ativa em Dólar			3,2462	2.212.127	54.158	67.697	81.237
Exposição Líquida					6.132	7.665	9.199
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3,6084	271.490	(4.439)	(5.549)	(6.658)
Swap Ponta Ativa em Euro			3,6084	271.642	5.225	6.531	7.838
Exposição Líquida					786	982	1.180

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do exercício. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, como também sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Grupo Neoenergia não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco, no entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2016, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 445.584 (R\$ 935.893 em 31 de dezembro de 2015) registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

R\$ Mil							
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	14,1%	93.787	3.198	2.428	1.639
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,1%	823.372	31.358	38.682	45.822
Swap – ponta passiva	CDI	Alta do CDI	14,1%	1.935.177	49.869	61.574	73.008
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,5%	794.005	19.169	22.890	26.612
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	14,2%	184.648	7.580	9.053	10.492

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do exercício. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o exercício no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 94.603, sendo R\$ 91.632 em fundos exclusivos e R\$ 2.971 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos
ativos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	4.436.363	5.442.649	424.464	1.681.941	2.349.404	265.548	254.017	205.410	261.865
Debêntures	265.011	354.304	19.679	36.483	32.400	265.742	-	-	-
Fornecedores	723.298	723.298	170.855	512.564	-	-	-	-	39.879
Passivos financeiros derivativos									
Bank of America	(244.034)	(287.284)	9.677	(166.779)	(130.182)	-	-	-	-
Banco de Tokyo	(56.242)	(66.159)	2.752	(40.831)	(28.080)	-	-	-	-
Títulos Externos	(76.456)	(100.280)	21.871	(17.021)	(105.130)	-	-	-	-
Citibank	(87.479)	(118.269)	5.740	27.727	(151.736)	-	-	-	-
JP Morgan	(22.041)	(29.510)	1.273	3.895	(34.678)	-	-	-	-
Itaú	(31.252)	(38.746)	10.720	(49.466)	-	-	-	-	-
BNB Paribas	(46.023)	(56.110)	-	24.326	(80.436)	-	-	-	-
Mizuho	5.807	5.077	-	12.116	(7.039)	-	-	-	-
Banco ABC	29	160	737	(577)	-	-	-	-	-

- Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido à incerteza na capacidade de suas contrapartes comerciais e financeiras de cumprir com suas obrigações junto à Companhia

- Contrapartes comerciais

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

No caso de contrapartes comerciais referentes à distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, consumidores, concessionárias e permissionárias.

Para reduzir esse risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

- **Contrapartes financeiras**

No caso de contrapartes financeiras com as quais a Companhia mantém posições de caixa, aplicações, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação de instituições financeiras e a utilização restrita à instituições financeiras de primeira linha

As aplicações são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fim da Companhia, o que conta a receber de clientes e outros.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros, conforme tabela a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	118.558	959.661
Títulos e valores mobiliários	7.560	3.547
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.660.192	1.654.499
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	75.302	178.064
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	3.770	1.455
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	2.941.415	2.514.452

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota 12).

25. Obrigações com benefícios pós-emprego e outros benefícios

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia efetuou contribuições a FAELBA no montante de R\$ 11.672 (R\$ 10.270 em 30 de setembro 2015).